Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Direito
Programa de Pós-graduação em Direito

PROCESSO SELETIVO PARA MESTRADO E DOUTORADO 2022-2023

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS PARA MESTRADO

Linha de Pesquisa	**TOTAL DE VAGAS (incluído os cotistas)**	**Vagas destinadas aos cotistas**
Direito Processual	18(Dezoito)	6
Direito Público	15(quinze)	5
Direito Penal	10(dez)	3
Direito Internacional	11(onze)	4
Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento	12(doze)	4
Direito Civil	12 (doze)	4
Teoria e Filosofia do Direito	05(cinco)	2
Direito do Trabalho e Previdenciário	05(cinco)	2
Direito da Cidade	11(onze)	4
Empresa e Atividades Econômicas	13(treze)	4

QUADRO DE VAGAS PARA DOUTORADO

Linha de Pesquisa	**TOTAL DE VAGAS (incluído os cotistas)**	**Vagas destinadas aos cotistas**
Direito Processual	09 (nove)	3
Direito Público	05 (cinco)	2
Direito Penal	05 (cinco)	2
Direito Internacional	04 (quatro)	2
Finanças Público, Tributação e Desenvolvimento	04 (quatro)	2

Direito Civil	06 (seis)	2
Teoria e Filosofia do Direito	06 (seis)	2
Direito do Trabalho e Previdenciário	02 (duas)	1
Direito da Cidade	06 (seis)	2
Empresa e Atividades Econômicas	07 (sete)	2

BANCAS

DIREITO PROCESSUAL - MESTRADO

1. Prof. Dr. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes - Presidente
2. Prof. Dr. Humberto Dalla
3. Prof. Dr. Flávio Mirza
4. Prof. Dr. Leonardo Schenk
5. Prof.ª Dr.ª Flávia Hill

Suplentes:

1. Prof. Dr. Bruno Freire
2. Prof. Dr. André Roque

DIREITO PROCESSUAL - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Luiz Fux - Presidente
2. Prof. Dr. Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
3. Prof. Dr. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
4. Prof. Dr. Humberto Dalla
5. Prof. Dr. Flávio Mirza

Suplentes:

1. Prof. Dr. Antonio do Passo Cabral
2. Prof. Dr. Marco Antonio Rodrigues

DIREITO PÚBLICO - MESTRADO

1. Prof. Dr. Luís Roberto Barroso - Presidente
2. Prof. Dr. Jane Reis Gonçalves Pereira
3. Prof. Dr. Rodrigo Brandão Viveiros Pessanha
4. Prof. Dr. Gustavo Binenbojm
5. Prof. Dr. José Vicente Santos de Mendonça

Suplentes:

1. Prof. Dr. Sérgio Ferrari
2. Prof.ª Dr.ª Patricia Baptista

DIREITO PÚBLICO - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Luís Roberto Barroso - Presidente
2. Prof. Dr. Ana Paula de Barcellos
3. Prof. Dr. Daniel Sarmento
4. Prof.ª Dr.ª Patricia Baptista
5. Prof. Dr. Alexandre Santos de Aragão
6. Prof. Dr. Valter Shuenquener de Araujo

Suplentes:

1. Prof. Dr. Rodrigo Brandão Viveiros Pessanha
2. Prof. Dr. José Vicente Santos de Mendonça

DIREITO PENAL - MESTRADO

1. Prof. Dr. Nilo Batista - Presidente
2. Prof. Dr. Carlos Eduardo Japiassú
3. Prof. Dr. Christiano Fragoso
4. Prof. Dr. Davi Tangerino
5. Prof.ª Dr.ª Patrícia Glioche

Suplentes:

1. Prof.ª Dr.ª Vera Malaguti

DIREITO PENAL - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Carlos Eduardo Japiassú - Presidente
2. Prof. Dr. Nilo Batista
3. Prof. Dr. Christiano Fragoso
4. Prof. Dr. Davi Tangerino
5. Prof.ª Dr.ª Patrícia Glioche

Suplentes:

1. Prof.ª Dr.ª Vera Malaguti

DIREITO INTERNACIONAL - MESTRADO

1. Prof.ª Dr.ª Carmen Tiburcio - Presidente
2. Prof.ª Dr.ª Marilda Rosado
3. Prof. Dr. Paulo Emilio Macedo
4. Prof. Dr. Raphael Vasconcelos

Suplentes:

DIREITO INTERNACIONAL - DOUTORADO

1. Prof.ª Dr.ª Carmen Tiburcio - Presidente
2. Prof.ª Dr.ª Marilda Rosado
3. Prof. Dr. Paulo Emilio Macedo
4. Prof. Dr. Raphael Vasconcelos

Suplentes:

FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - MESTRADO

1. Prof. Dr. Luís César Souza de Queiroz - Presidente
2. Prof. Dr. Marcus Abraham
3. Prof. Dr. Marcus Livio Gomes
4. Prof. Dr. Gustavo da Gama Vital de Oliveira
5. Prof. Dr. Carlos Alexandre de Azevedo Campos

Suplentes:

1. Prof. Dr. Ricardo Lodi Ribeiro
2. Prof. Dr. Sergio André Rocha

FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Luís César Souza de Queiroz - Presidente
2. Prof. Dr. Marcus Abraham
3. Prof. Dr. Marcus Livio Gomes
4. Prof. Dr. Gustavo da Gama Vital de Oliveira
5. Prof. Dr. Carlos Alexandre de Azevedo Campos

Suplentes:

1. Prof. Dr. Ricardo Lodi Ribeiro
2. Prof. Dr. Sergio André Rocha

DIREITO CIVIL - MESTRADO

1. Prof. Dr. Carlos Edison - Presidente
2. Prof. Dr. Guilherme Calmon
3. Prof. Dr. Milena Oliva
4. Prof. Dr. Eduardo Nunes
5. Prof. Dr. Carlos Affonso

Suplentes:

DIREITO CIVIL - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Gustavo Tepedino - Presidente
2. Prof.ª Dr.ª Heloisa Helena Barboza
3. Prof. Dr. Carlos Edison Monteiro
4. Prof. Dr. Carlos Konder
5. Prof.ª Dr.ª Gisela Sampaio

Suplentes:

TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO - MESTRADO

1. Prof. Dr. Alexandre Mendes - Presidente
2. Prof. Dr. José Ricardo Cunha
3. Prof. Dr. Gustavo Siqueira
4. Prof. Dr. Guilherme Leite
5. Prof.ª Dr.ª Bethânia Assy
6. Prof. Dr. Fernando Fontainha

Suplentes:

TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO - DOUTORADO

1. Prof. Dr. José Ricardo Cunha - Presidente
2. Prof. Dr. Alexandre Mendes
3. Prof. Dr. Gustavo Siqueira
4. Prof. Dr. Guilherme Leite
5. Prof.ª Dr.ª Bethânia Assy
6. Prof. Dr. Fernando Fontainha

Suplentes:

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO - MESTRADO

1. Prof. Dr. Eduardo Adamovich - Presidente
2. Prof. Dr. Marcelo Leonardo Tavares
3. Prof. Dr. Fábio Zambitte

Suplentes:

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Eduardo Adamovich - Presidente
2. Prof. Dr. Marcelo Leonardo Tavares
3. Prof. Dr. Fábio Zambitte

Suplentes:

DIREITO DA CIDADE - MESTRADO

1. Prof. Dr. Marcos Alcino Torres - Presidente
2. Prof.ª Dr.ª Vânia Aieta
3. Prof. Dr. Mauricio Mota
4. Prof. Dr. Daniel Pecego
5. Prof. Dr. Cleyson Mello

Suplentes:

1. Prof.ª Dr.ª Arícia Fernandes
2. Prof.ª Dr.ª Ângela Penalva

DIREITO DA CIDADE - DOUTORADO

1. Prof.ª Dr.ª Vânia Aieta - Presidente
2. Prof.ª Dr.ª Arícia Fernandes
3. Prof.ª Dr.ª Ângela Penalva
4. Prof. Dr. Mauricio Mota

Suplentes:

1. Prof. Dr. Daniel Pecego
2. Prof. Dr. Cleyson Mello

EMPRESA E ATIVIDADES ECONÔMICAS - MESTRADO

1. Prof. Dr. Maurício Mendonça Moreira de Menezes - Presidente
2. Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves
3. Prof. Dr. Artur de Brito Gueiros Souza
4. Prof. Dr. Enzo Baiocchi
5. Prof. Dr. José Carlos Vaz e Dias
6. Prof. Dr. Leonardo da Silva Sant'Anna

Suplentes:

1. Prof. Dr. Ricardo Villela Mafra Alves da Silva
2. Prof. Dr. Vitor Augusto José Butruce

EMPRESA E ATIVIDADES ECONÔMICAS - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Maurício Mendonça Moreira de Menezes - Presidente
2. Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves
3. Prof. Dr. Artur de Brito Gueiros Souza
4. Prof. Dr. José Carlos Vaz e Dias
5. Prof. Dr. Leonardo da Silva Sant'Anna
6. Prof. Dr. Marcos Vinicio Chein Feres

Suplentes:

1. Prof. Dr. Enzo Baiocchi
2. Prof. Dr. Ricardo Villela Mafra Alves da Silva
3. Prof. Dr. Vitor Augusto José Butruce

BIBLIOGRAFIAS

DIREITO PROCESSUAL

1) BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O processo civil brasileiro entre dois Mundo. In: *Temas de Direito Processual*, 8ª série, São Paulo: Saraiva, 2004.

2) CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. *Acesso à Justiça*: Juizados Especiais Cíveis e Ação Civil Pública. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 63-114.

3) CARNEIRO, Paulo Cezar. *O novo processo civil brasileiro.* 3.ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2022.

4) FUX, Luiz; BODART, Bruno. *Processo Civil e Análise Econômica*. Forense, 2019. Apresentação, prefácio e p. 1-26; 27-50.

5) GRECO, Leonardo. Desafios à coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: *Estudos de Direito Processual em homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro*. 1 ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2019, p. 657-699.

6) HILL, Flávia Pereira. "Desjudicialização e acesso à justiça além dos tribunais: pela concepção de um devido processo legal extrajudicial". *Revista Eletrônica de Direito Processual* (REDP). Volume 22, número 1. Janeiro a abril de 2021, p. 379-408.

7) MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*: Sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual. Rio de Janeiro: Forense, 2017. (cap. 1, 7, 8, 9, 10, 17 e 19) (p. 1-7; 63-124; 203-207 e 233-242).

8) MIRZA, Flávio; MALAN, Diogo. Reflexões epistêmicas sobre o testemunho das pessoas dispensadas de depor no Processo Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: *Revista de Direito da Cidade*, 2022. Link: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/57101/36832

9) PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Sistema informatizado para a resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação: a Resolução nº 358/2020 do CNJ e a virtualização do acesso à justiça In: *Processo e Tecnologia*.1 ed.Londrina: Thoth, 2022, v.1, p. 313-328. Também disponível em *Acesso à Justiça na era da tecnologia*.1 ed.Salvador: Juspodvm, 2022, v.1, p. 19-40.

10) ROQUE, Andre Vasconcelos. Contraditório participativo: evolução, impactos no processo civil e restrições. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 279, maio de 2018, p. 19-40.

11) SCHENK, Leonardo Faria. Superação da tese firmada em recursos repetitivos no CPC/2015: propostas para assegurar o acesso dos interessados aos tribunais superiores. *Revista de Processo* (REPRO), v. 311, 2021, p. 215-232.

12) SILVA, Bruno Freire. A Função dos Precedentes Vinculantes e da Produção Antecipada de Provas para um Acesso à Ordem Jurídica Responsável no Processo do Trabalho. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Volume 23, número 2, maio a agosto de 2022, p. 279-301.

DIREITO PÚBLICO

ARAUJO, Valter Shuenquener de. O direito administrativo e sua contribuição no enfrentamento à corrupção. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 279, n. 1, p. 135-160, jan./abr. 2020.

BAPTISTA, Patrícia. A LINDB e o Direito Administrativo do Risco Parâmetros substantivos e procedimentais para decisões públicas em ambiente de risco e incerteza. In: MAFINI, Rafael; RAMOS, Rafael (org.). **Nova LINDB**: proteção da confiança, consensualidade, participação democrática e precedentes administrativos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

BARCELLOS, Ana Paula de. Políticas públicas e o dever de monitoramento: levando os direitos a sério. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, p. 251-165, 2018.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 10 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022, Parte IV, Capítulo III (Matrizes dos direitos fundamentais), p. 582-650.

BINENBOJM, Gustavo. Poder de polícia, ordenação, regulação: transformações político-jurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador.. Belo Horizonte: Fórum, 2021, capítulo 3.

BRANDÃO, Rodrigo. **Direitos Fundamentais, Democracia e Cláusulas Pétreas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, capítulos 2 (p. 17-52) e capítulos 4, 5 e 6 (p. 101-214).

BUSTAMANTE, Thomas; MEYER, Emilio Peluso Neder; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni; PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; PAIXAO, Cristiano; BENVINDO, Juliano. Por que substituir a Constituição de 1988 não é uma boa ideia. **Jota**, 01 ago. 2020.

CYRINO, André. Legalidade administrativa de carne e osso: uma reflexão diante do processo político brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 274, p. 175-208, jan./abr. 2017.

FERRARI, Sérgio. Criação de Municípios e Debate Científico: entre mitos e métodos. **Revista de informação legislativa**: RIL, v. 53, n. 211, p. 55-80, jul./set. 2016.

FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Políticas da morte: Covid-19 e os labirintos da cidade negra. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 74-92, 2020.

KELSEN, Hans. Formas da organização estatal: centralização e descentralização. **Revista de Direito Administrativo**, v. 4, 1946, p. 48-72.

KRELL, Andreas J.; MAIA, Vítor Mendonça. A racionalidade na interpretação e aplicação do Direito: do desafio Kelseniano ao desafio dos bons argumentos. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 19, n. 32, p. 85-116, set./dez. 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril; MENDONÇA, José Vicente Santos de. Por uma história constitucional brasileira: uma crítica pontual à doutrina da efetividade. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 2, p. 974-1007, 2017.

MOREIRA, Adilson José. Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, v. 18, n. 7, p. 393 – 421, Set./Dez. 2017.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. **Interpretação Constitucional e Direitos Fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018, Capítulos 1 e 3.

SANDEL, Michael J. **A Tirania do Mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Trad. Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, capítulo 1.

SARMENTO, Daniel. Crise Democrática e Cultura Constitucional: o absurdo da tese de que não há crise "porque as instituições estão funcionando". In: MELLO, Patricia Perrone Campos; BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. **Democracia e Resiliência no Brasil**: a disputa em torno da Constituição de 88. Bosch Editor, 2022, p. 77-99.

SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. Cuestiones fundamentales sobre la reforma de la teoría general del derecho administrativo: necesidad de la innovación y presupuetos metodológicos. In: BARNES, Javier (ed.). **Innovación y reforma en el Derecho Administrativo**. 2 ed. Sevilla: Global Law Press, 2012, p. 84-111; 133-140.

SUNSTEIN, Cass; VERMEULE, Adrian. **Lei e Levíatã**: resgatando o Estado Administrativo. Tradução Nathalia Penha Cardoso de França. São Paulo, Editora Contracorrente, 2021, Introdução, Capítulos IV e V.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

DIREITO PENAL

1. **SHÜNEMANN,** Bernd. *El sistema moderno del derecho penal: cuestiones fundamentales.* Madrid: Ed. Tecnos.
2. **TANGERINO,** Davi de Paiva Costa. *Culpabilidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
3. **JAPIASSÚ**, Carlos Eduardo Adriano. *Direito Penal Internacional.* 1. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.
4. **OLMO**, Rosa Del. *América Latina e sua Criminologia.* Rio de Janeiro: Revan, 2018.
5. **BATISTA**, Nilo. *Capítulos de Política Criminal.* Rio de Janeiro: Revan, 2022, p. 147-191.

6. **HESSEMER,** Winfried e **MUÑOZ CONDE**, Francisco. *Introducción a la Crimnología y al Derecho Penal*. Valência: Tirant Lo Blanchtiran.

DIREITO INTERNACIONAL

TIBURCIO, CARMEN. Extensão e Limites da Jurisdição Brasileira: competência internacional e imunidade de jurisdição. 1. ed. Salvador: Jus Podivm, 2016. 496 p.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho. Teoria do Estado e a Unidade do Direito Internacional: Dom esticando o Rinoceronte. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

BORGES DE MACEDO, Paulo Emílio. Hugo Grócio e o Direito: o jurista da guerra e da paz. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

TEPEDINO, Gustavo; ROSADO, Marilda. Current Trends in Comparative Law : ed Arraes , 2021.

FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1. ABRAHAM, Marcus. *Curso de Direito Financeiro Brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro. GEN/Forense: 2021, Cap. 10.1 – Princípios orçamentários.

2. ABRAHAM, Marcus. Teoria dos gastos fundamentais – orçamento público impositivo – da elaboração à execução. Almedina, 2021, Cap. 5.

3. CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Filosofia Política e Tributação: uma introdução. IN: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo (ORG.) *Filosofia Política e Tributação: contribuições à reforma do Sistema Tributário*. (No prelo)

4. CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Uma Teoria da Complexidade Tributária. IN: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo (ORG.) *Complexidade Tributária: Sistema atual e propostas de reforma*. (No prelo).

5. GOMES, Marcus Livio. *A interpretação da legislação tributária. Instrumentos para a unificação de critério administrativo em matéria tributária*. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 37-110.

6. GRECO, Marco Aurélio. *Planejamento Tributário*. 4 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2019. p. 489-527.

7. OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de. *ICMS no Estado do Rio de Janeiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021 (cap. 9. Conflitos ICMS x ISS, pag. 253-316).

8. OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de. *Cláusulas pétreas financeiras e tributárias*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019 (capítulo 2, pag. 11-50).

9. QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. *Interpretação e aplicação tributárias: contribuições da hermenêutica e de teorias da argumentação*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2021, Cap. 2.

10. QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. *Sujeição passiva tributária*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2020, Cap. III, itens 3.8 a 3.12.

11. RIBEIRO, Ricardo Lodi. *Desigualdade e Tributação na Era da Austeridade Seletiva*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, Capítulo 9.

12. ROCHA, Sergio André. *Fundamentos do Direito Tributário Brasileiro*. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.

13. TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. v. V. p. 357-435.

14. TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. v. II. p. 400-468.

DIREITO CIVIL

1- BARBOZA, H. H. G.; ALMEIDA JUNIOR, V. A.. A tutela das vulnerabilidades na legalidade constitucional. In: Gustavo Tepedino; Ana Carolina Brochado Teixeira; Vitor Almeida. (Org.). Da dogmática à efetividade do Direito Civil - Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional (IV Congresso do IBDCIVIL). Belo Horizonte: Fórum, 2017, pp. 37-50.

2- BARBOZA, H. H. G.. A importância do CPC para o Novo Regime de Capacidade Civil. Revista da EMERJ, v. 20, 2018, pp. 209-223.

3- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Herança legítima "ad tempus". São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. Capítulos 3 e 4.

4- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Novos modelos de entidades familiares. In: 20 anos do Código Civil: relações privadas no início do século XXI. Coordenação: Guilherme Calmon Nogueira da Gama e Thiago Ferreira Cardoso Neves. Indaiatuba: Editora Foco, 2022, pp. 435-472.

5- GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. Desafios na reparação dos lucros cessantes: a importância da concretização da razoabilidade na quantificação do dano. In: Anderson Schreiber, Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho e Milena Donato Oliva (coord.). Problemas de direito civil: homenagem aos 30 anos de cátedra do professor Gustavo Tepedino por seus orientandos e ex-orientandos. Rio de Janeiro: Forense, 2021, pp. 578-601.

6- HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Florianópolis: Boiteux, 2005. Capítulos 1, 2 e 3 (pp. 21-97).

7- KONDER, Carlos Nelson. Responsabilidade civil no tratamento de dados: a interpretação da Lei n. 13.709/2018 à luz da unidade do ordenamento jurídico In: TEPEDINO, G.; SANTOS,

D.P.P.; PEREIRA, P.M.F.L. (coord.). Direito civil constitucional: a construção da legalidade constitucional nas relações privadas. Indaiatuba, SP: Foco, 2022, pp. 403-413.

8- MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo. Pacto comissório e pacto marciano no sistema brasileiro de garantias. Rio de Janeiro: Processo, 2017, Capítulo IV.

9- MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo. De volta à reparação do dano moral: 30 anos de trajetória entre avanços e retrocessos. In: Anderson Schreiber, Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho e Milena Donato Oliva (coord.). Problemas de direito civil: homenagem aos 30 anos de cátedra do professor Gustavo Tepedino por seus orientandos e ex-orientandos. Rio de Janeiro: Forense, 2021, pp. 563-577.

10- OLIVA, Milena Donato. Negócio fiduciário e patrimônio separado. In: Anderson Schreiber, Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho e Milena Donato Oliva (coord.). Problemas de direito civil: homenagem aos 30 anos de cátedra do professor Gustavo Tepedino por seus orientandos e ex-orientandos. Rio de Janeiro: Forense, 2021, pp. 197-208.

11- PERLINGIERI, Pietro. O direito civil na legalidade constitucional. Trad. Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. Capítulos 8, 11 e 12 (pp. 308-458 e 569-634).

12 - RODOTÀ, Stefano. Autodeterminação e laicidade. Tradução Carlos Nelson Konder. Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil, Belo Horizonte, v. 17, pp. 139-152, jul./set. 2018.

13-SCHREIBER, Anderson. A proibição de comportamento contraditório: ontem e hoje. In: Anderson Schreiber, Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho e Milena Donato Oliva (coord.). Problemas de direito civil: homenagem aos 30 anos de cátedra do professor Gustavo Tepedino por seus orientandos e ex-orientandos. Rio de Janeiro: Forense, 2021, pp. 50-59.

14- SOUZA, Eduardo Nunes de. Nexo causal e culpa na responsabilidade civil: subsídios para uma necessária distinção conceitual. Civilistica .com. Rio de Janeiro, a. 7, n. 3, 2018. Itens 1 e 2 (pp. 3-22).

15- TEPEDINO, Gustavo. A razoabilidade na experiência brasileira. In: Gustavo Tepedino; Ana Carolina Brochado Teixeira; Victor Almeida. (Org.). Da dogmática à efetividade do direito civil: anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2019, 2ª ed., pp. 29-39.

16- TEPEDINO, Gustavo. Normas constitucionais e direito civil na construção unitária do ordenamento. In: Temas de Direito Civil, t. III, Rio de Janeiro: Renovar, 2009, pp. 3-19.

17- TEPEDINO, Gustavo. Acesso aos direitos fundamentais, bens comuns e unidade sistemática do ordenamento. In: Direito Civil, Constituição e unidade do sistema: Anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional – V Congresso do IBDCivil. Belo Horizonte: Fórum, 2019, pp. 17-32.

18- TERRA, Aline de Miranda Valverde. Cláusula resolutiva expressa: função, estrutura e operatividade. In: Anderson Schreiber, Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho e Milena Donato Oliva (coord.). Problemas de direito civil: homenagem aos 30 anos de cátedra do professor Gustavo Tepedino por seus orientandos e ex-orientandos. Rio de Janeiro: Forense, 2021, pp. 303-319.

TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO

CUNHA, José Ricardo. De Lévinas a Marx: ética e política entre transcendência e revolução. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 12, no 3, p. 1573-1614, setembro, 2021. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/61544

DELEUZE, G; GUATTARI, F. Kafka: **Por uma Literatura Menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977 [cap. 3: "O que é uma literatura menor"].

HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia**: síntese de um milênio. [Qualquer edição do livro: capítulo 1].

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. **Um porto no capitalismo global. Desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **Pequeno Manual de Metodologia da Pesquisa jurídica** ou roteiro de pesquisa para estudantes de direito. 2a ed. Instituto Pazes: Belo Horizonte, 2021.

MACHADO, Maíra. (2017). Estudo de caso na pesquisa em Direito. In: MACHADO, Maíra (org). "Pesquisar empiricamente o Direito". São Paulo: REDE.

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

1) textos:
Behrendt, Christina, e Quynh Anh Nguyen. "Ensuring universal social protection for the future of work". Sage Journals. 25 (2): 205–19, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1024258919857031 >.

SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais uma Teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional. 13ª. Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018 (2ª. parte – O problema da eficácia dos direitos fundamentais – item 3.4. A eficácia dos direitos sociais na sua dimensão prestacional como problema específico), fls. 288-383 na 13ª. edição.

2) textos com links:

https://publicacoes.udf.edu.br/index.php/relacoes-sociais-trabalhista/article/view/402/160

https://publicacoes.udf.edu.br/index.php/relacoes-sociais-trabalhista/article/view/107/45

3) Demais textos:

Adamovich, Eduardo Henrique Raymundo von. Direitos sociais para além dos muros da Constituição. Curitiba: Juruá, 2021.

Finnis, John. Natural Law and Natural Rights. 2a. Ed. Oxford: OUP, 2011, cap. VIII, intitulado Rights. Há tradução da obra para o português, que também pode ser utilizada por aqueles que não tenham acesso ao texto em inglês.

DIREITO DA CIDADE

CAPÍTULO DE LIVRO

1. PAES NETO, José. Os diálogos institucionais e os meios alternativos de resolução de litígios como instrumentos de inibição da Judicialização das políticas públicas de saúde no Brasil. pp.225-242 & RAMOS, Ricardo Affonso. Controle de Políticas Públicas pelos Tribunais de Contas. pp. 349-370 in: AIETA, Vânia Siciliano; RAMOS, Ricardo Affonso; GONÇALVES, Rubén Miranda. CADERNOS DE DIREITO DA CIDADE: *Laboratório de Governo para Cidades Inteligentes*. Volume V. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2020.

2. AIETA, Vânia Siciliano. *Criminalização da política*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017.pp. 25-80.

3. MOURA, Emerson Affonso da Costa.; MOTA, M. J. P. . A formação das cidades e a questão fundiária no Brasil. In: MOURA, Emerson Affonso da Costa; MOTA, Mauricio Jorge Pereira da; TORRES, Marcos Alcino Azevedo de;. (Org.). *Teoria da Regularização Fundiária*. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, v. , p. 1-22.

4. MOURA, Emerson Affonso da Costa; MOTA, Mauricio Jorge Pereira da; TORRES, Marcos Alcino Azevedo de. Direito constitucional da cidade. In: MOURA, Emerson Affonso da Costa; MOTA, Mauricio Jorge Pereira da; TORRES, Marcos Alcino Azevedo de;. (Org.). *Direito constitucional da cidade. Vol. I. Teoria da constituição da cidade e do federalismo urbano*. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v. , p. 1-27.

ARTIGOS

1. BRITO, Miguel Nogueira de. A justificação da propriedade privada numa democracia constitucional. Coimbra: Almedina, 2007, p. 841-1050. A compreensão da propriedade como direito fundamental.

2. MARAFON, G. ; CORREIA, Aricia Fernandes ; SANTOS, A. M. P. . Regularizacão Fundiaria Urbana da Cidade do Rio de Janeiro: analise das titulações da PCRJ em 2017. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO, v. 1, p. 55-85, 2017

3. MOTTA, Márcia Maria Menendes. Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito – 17951824. São Paulo: Alameda, 2009, caps. 03 e 04, p. 127-266.

4. SANTOS, A. M. S. P.; LUFT, R. M. ; VASQUES, P. H. R. P. . Desafios da governança territorial metropolitana: heterogeneidades locais e contradições das políticas de saneamento ambiental e de mobilidade urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Planejamento e Políticas Públicas, v. 1, p. 177-214, 2021.

5. SOTO, Hernando de. O mistério do capital: porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2001, caps. 03 e 04, p. 51-124.

TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. A propriedade e a posse: um confronto em torno da função social. Rio e Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 3-111. – Título I – O domínio das terras brasileiras.

EMPRESA E ATIVIDADES ECONÔMICAS

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção e TURANO, Allan, Resolução da Sociedade Limitada em relação a um sócio e a ação de Dissolução Parcial, Curitiba: Juruá, 2016, 158p. (p. 45/84)

BEBCHUK, Lucian A.; TALLARITA, Roberto. The illusory promise of stakeholder governance. *Cornell Law Review.* v. 106, 2020, pp. 91-178, revisto em 24 mar. 2022 (disponível em: https://ssrn.com/abstract=3544978).

CAMINHA, Uinie; DE SOUZA, Ricardo Noronha Inglez. Direito da concorrência e direito comercial – qual a relação?. Revista Semestral de Direito Empresarial, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2020.

CAMPINHO, Sergio e PINTO, Mariana, A sociedade Limitada na Perspectiva da sua Dissolução, São Paulo: SaraivaJur, 2022, 272 p. (p. 123/214 – capítulo IV)

DE BONVILLE, Caroline; GREVIN, Olivier. "Signaux Faibles", de la valorisation des données publiques à l'automatisation des procédures collectives. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/322501061.pdf

DIAS, José Carlos Vaz e; SANT'ANNA, Leonardo; SANTOS, Bernardo. The legal treatment of know-how in Brazil: peculiarities and controversies of a new intangible form / O tratamento juridico do know-how no Brasil: peculiaridades e controvérsias dessa nova forma intangível. REVISTA QUAESTIO IURIS, [S.l.], v. 9, n. 4, p. 2312 -2334, nov. 2016. ISSN 1516-0351. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/26295>. Acesso em: 20 jun. 2022. doi:https://doi.org/10.12957/rqi.2016.26295.

FRANÇA, Luiz Carlos Malheiros. Breves anotações sobre secondary meaning e degeneração de marcas. Revista Semestral de Direito Empresarial, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 135-168, jan./jun. 2019.

KAPCZYNSKI, Amy. "The Access to Knowledge Mobilization and the New Politics of Intellectual Property." *The Yale Law Journal*, vol. 117, no. 5, 2008, pp. 804–85. *JSTOR*, https://doi.org/10.2307/20455812.

KAPCZYNSKI, Amy. Intellectual Property's Leviathan, 77 *Law and Contemporary Problems* 131-145 (2015)
Available at: https://scholarship.law.duke.edu/lcp/vol77/iss4/6

KLITGAARD, Robert. Corruption Across Countries and Cultures. Lee Kuan Yew School of Public Policy Research Paper No. 17-23, 12 set. 2017 (disponível em: https://ssrn.com/abstract=3035100).

MARTINS, Ciro Silva. Exame de colidência entre marcas e a teoria da distância. Revista Semestral de Direito Empresarial, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 195-218, jul./dez. 2020.

NIETO MARTÍN, Adán. ***Compliance programs: una visión panorámica***. *In* Revista Científica do CPJM. V. 1, N. 3, 2022, pp. 01-23. Disponível em https://rcpjm.cpjm.uerj.br/revista/article/view/58

PARENTONI, Leonardo Netto. Desconsideração Contemporânea da Personalidade Jurídica. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

SOUZA, Artur B. Gueiros. ***A criminologia empresarial. Why Good People do Dirty Work.*** *In* Criminalidade Econômica e Empresarial: Escritos em Homenagem ao Professor Artur Gueiros. PANOEIRO, José Maria *et al.* São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022, pp. 107-125.

SOUZA, Artur B. Gueiros. ***O sujeito é um cancro dentro na nossa empresa. O informante no contexto dos sistemas de compliance***. *In* Inovações da Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019. BARBOSA, Marcia Noll *et al.* Brasília: Ministério Público Federal, 2020, pp. 33-52. Disponível em http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/copy_of_2CCR_Coletanea_Artigos_FINAL.pdf.

TORRES, Antonio Magarinos. Nota Promissória. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1935.

Obra clássica disponível para carregamento do arquivo em https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496217

WEST, A., Clifford, J.D., & Atkinson, D. (2018). "Alexa, Build Me a Brand" — An Investigation into the I mpact of Artificial Intelligence on Branding. Journal of Business and Economics.